

**A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEU IMPACTO NAS  
PROPOSTAS DE FORMAÇÃO DA FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS  
RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Samila Bernardi do Vale Lopes  
Doutoranda - PPGE  
samila\_84@hotmail.com

Luiz Bezerra Neto  
lbezerra@ufscar.br/FAPESP

## **Resumo**

Este texto é resultado de pesquisa, ainda em estágio inicial e tem o objetivo investigar se há uma preocupação por parte da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) e seus sindicatos em formular e pensar estratégias de formação que confronte ou se adeque as mudanças geradas pela reestruturação produtiva no campo, do período de 1990 à 2010. Ou seja, pretendemos verificar quais mecanismos tem sido utilizados pela Federação frente às transformações no campo empreendidas pelo capital e se há uma política de formação dos trabalhadores para atender essa nova realidade no campo. Partimos da hipótese de que ao ser responsável por representar os trabalhadores da agricultura, a FERAESP na década de 1990 passa a apresentar como estratégia a formação profissional dos trabalhadores. A partir dos anos 2000 a reestruturação produtiva se amplia no campo e atinge também os trabalhadores da agricultura, desde esse período entendemos que a FERAESP vem desenvolvendo intervenções de caráter profissionalizante nesse setor.

Palavras Chave: Formação, Reestruturação produtiva no campo, Sindicalismo e FERAESP

## **A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E SEU IMPACTO NAS PROPOSTAS DE FORMAÇÃO DA FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Em meados da década de 1960, o capitalismo encontrava-se em grande crise, com muitos economistas e cientistas sociais admitindo que o sistema havia entrado numa fase de declínio do ciclo de expansão iniciado no pós-guerra, caracterizado pelo binômio fordismo/taylorismo na organização da produção, além da forte intervenção Estatal para garantir o aumento da demanda de consumo.

Neste período, de acordo com Ricardo Antunes, aflorou uma crise estrutural do capital,

que fez com que, entre outras tantas consequências, o mundo produtivo implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, visando a recuperação do seu ciclo de expansão... (ANTUNES, 2009, p. 49).

De maneira didática, podemos dividir a reestruturação produtiva em dois componentes: a) as mudanças na gestão da força de trabalho e b) as transformações no padrão produtivo. Em relação às novas formas de gestão da força de trabalho, pode-se dizer que tornaram-se mais persuasivas, através da implantação, por exemplo, dos círculos de qualidade, "... constituindo grupos de trabalhadores (que) são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas..." (ANTUNES, 2009, p. 57).

Essas novas formas de gestão geram um ambiente competitivo entre os "trabalhadores-colaboradores", que passam a cobrar dos demais a produtividade necessária para que as metas impostas sejam alcançadas e buscar a "participação nos lucros" da indústria. Estas novas formas de gestão promovem impactos na organização sindical do trabalhadores, com prejuízo nos enfrentamentos economicistas e, principalmente, classistas.

Outro fenômeno observado naquele período, como forma de responder à crise refere-se à internacionalização da produção, que operou no deslocamento de unidades produtivas para economias periféricas que permitiam menores custos na produção, com menor valor da força de trabalho, isenções fiscais, entre outros benefícios.

Em relação às transformações no processo produtivo, houve o avanço das

novas tecnologias na produção, fazendo emergir o desemprego estrutural e colocando à margem da produção e do consumo cerca de um terço da população mundial. Ademais, os processos de terceirização aumentaram a precarização do trabalho, aumentando a exploração daqueles que se encontram inseridos na produção. A classe trabalhadora "... fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais" (ANTUNES, 2010, p. 24).

De acordo com Ricardo Luiz Sapia de Campos

O processo de reorganização da produção que impactou o país na década de 90 abalou as bases dos sindicatos. Uma nova forma de produzir aliada à flexibilização de direitos e de organização do trabalho corroeu a estrutura da organização sindical. Os novos setores produtivos como o de serviços, o crescimento da informalidade e a organização da produção em redes não são favoráveis à sindicalização (CAMPOS, 2007, p.12).

Outras características geradas pela implantação de novas tecnologias é a produção flexível, a produção toyotista, que objetivam, em seu conjunto, uma produção vinculada à demanda, a possibilidade de um trabalhador operar diferentes máquinas, a produção com estoques mínimos (ANTUNES, 2009). Todas estas mudanças no padrão produtivo determinarão mudanças na Educação em Geral e, especialmente, na Educação Técnica/Profissionalizante. A partir das mudanças apresentadas até então,

De acordo com Monica Fernanda Botiglieri; Marcos Cassin e Samila B. do Vale,

já não cabia ao sistema produtivo vigente o mesmo operário formado para atender ao início da industrialização, fortemente capacitado para trabalhos mecânicos como aqueles ligados a ferramentaria, tornearia, prensa etc., tendo em vista que os novos tipos de equipamentos colocavam tais profissões na obsolescência, o que além de causar desemprego em grande escala, passou a expor milhares à pressão de formarem-se para atender as novas demandas, afetando diretamente na maneira como se organiza a educação. Neste momento, o capitalismo requeria indivíduos muito mais "aptos" às relações pessoais, de convívio e "parcerias" com as empresas, além de demandar por funções distintas das braçais, na medida em que com a inserção das novas tecnologias cria-se a necessidade de operários competentes, por exemplo, na escrita e leitura da Língua Portuguesa, visando à compreensão dos mais diversos manuais e comandos dos novos equipamentos. Outra exigência desta nova configuração é aquela que vem a procura de indivíduos preparados para trabalhos de programação e manutenção de softwares, o que novamente distancia-se da "velha" formação que prepara para trabalhos mecânicos (BOTIGLIERI; CASSIN; VALE, 2011, p. 9).

O campo em meio a uma totalidade, integrado a cidade e principalmente ao sistema de produção capitalista não ficou isento destas transformações, porém a

reestruturação produtiva no campo ocorreu mais tardiamente. Essas mudanças na produção e na organização do trabalho de modo geral geraram no campo, no final da década de 1980 e início de 1990 do século passado, “a ampliação das atividades agrícolas, potencializando e criando novas atividades não agrícolas determinando uma maior hierarquia do trabalho e entre os trabalhadores” (BOTIGLIERI ; CASSIN ; VALE, 2011 ).

Entendemos que essa nova hierarquia do trabalho e entre os trabalhadores rurais foi definindo uma nova realidade no meio rural brasileiro, que gerou a necessidade de uma reorganização da educação geral e técnica do campo que reproduza a hierarquia do trabalho. Para esse fim, a educação passa a cumprir o papel de qualificar a força de trabalho de acordo com as necessidades do capital, limitando-se a formar os trabalhadores para operarem as novas máquinas, usarem os novos insumos e defensivos agrícolas, ou ainda adaptarem-se a nova organização do trabalho. Torna-se necessária também uma educação que atenda às exigências dos novos postos de trabalho nas atividades não agrícolas e potencialize ainda mais o consumo da população rural.

Os impactos das transformações no mundo do trabalho na educação, vem se concretizando a partir do “oferecimento de escolas, cursos, programas, projetos etc, de iniciativa pública ou mesmo privadas (ex. SENAI, SENAC, SENAR etc.) adequando as relações de diferentes *demandas* de formação às *ofertas* de cursos, escolas, projetos etc”.

Diante deste forte impacto da reestruturação produtiva na educação e na organização dos trabalhadores, o objetivo central que norteou esta investigação foi como a FERAESP (Federação dos Trabalhadores Rurais Assalariados do Estado de São Paulo) tem pensado a reestruturação produtiva no campo e como tem desenvolvido estratégias de formação dos trabalhadores, em seus sindicatos. Ou seja, se há uma preocupação por parte da FERAESP e seus sindicatos em formular e pensar estratégias de formação que confronte ou se adeque as mudanças geradas pela reestruturação produtiva no campo, do período de 1990 à 2010. Ou seja, pretende-se verificar quais mecanismos tem sido utilizados pela Federação frente as transformações no campo empreendidas pelo capital e se há uma política de formação dos trabalhadores para essa nova realidade no campo.

Durante a greve de Guariba a insatisfação por parte dos trabalhadores rurais assalariados, principalmente do corte da cana, com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) que os representava até então. O

conjunto dos trabalhadores que participaram da greve concluíram que a solução seria a substituição do modelo sindical vigente, por uma nova estrutura organizativa e outra concepção sindical. De acordo com Thomaz Junior,

Os debates e propostas para tal fim foram realizados durante vários encontros, ao longo de 1988 e 1989, sobretudo no seminário organizado STR de Araraquara e realizado em Sertãozinho- contando com a participação destacada da ONG Fase (Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional)-, que selou a decisão, de se criar, já em 1989, uma nova estrutura que conseguisse responder, organizativa e politicamente ao novo contexto e jogo de forças entre capital e trabalho (THOMAZ JR, 2002, p. 281).

Objetivava-se, desde então, apontar novos caminhos alternativos à FETAESP, “que mais uma vez, no mesmo ano, assinou acordo com a Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP) sem antes realizar assembléias com os sindicatos, o que acabou por acirrar os ânimos dos dissidentes (THOMAZ JR, 2002, p281).”

Pelo fato de serem oposição aos encaminhamentos da FETAESP, os dissidentes foram mantidos no isolamento e desgastados politicamente quanto a insistência de cumprirem os propósitos lançados e resgatados com o Movimento de Guariba. Esse conjunto de dirigentes e lideranças teve participação direta no encaminhamento das lutas e, apostando nesse ideário, partiu para a organização específica dos assalariados rurais. Esse (re)fracionamento dos trabalhadores rurais nos SER's, tendo como instância vertical a FERAESP, não se restringe apenas à delimitação intercategoria/profissão, mas à abrangência dos assalariados rurais: os cortadores de cana, tratoristas e operadores de máquinas.

Os trabalhadores assalariados rurais naquele momento entendiam que não tinha como apostar em uma entidade que insistia em administrar interesses opostos de assalariados e patrões e que além disso era imóvel no tocante à necessidade de organizar os trabalhadores assalariados e não apostava na mobilização da categoria.

Foi nesse contexto que a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) foi fundada, em 1989. Em entrevista realizada com o diretor da federação Élio Neves (MILANO; PERA, 2009), o mesmo afirma que a FERAESP é uma organização mais nova, fundada no ambiente já da liberdade, após a Constituição de 1988. Afirma ainda que a federação surgiu porque na década de 1980 foram realizadas lutas no interior de São Paulo e em toda essa região para melhoria nas condições de trabalho na parte da cana, da colheita da laranja, enfim, dos assalariados rurais da década de 1980.

Basicamente, a partir da grande região de Ribeirão Preto, Araraquara, Guariba, Bebedouro, segundo Neves os trabalhadores estavam vivendo no ambiente de enfrentamento das péssimas condições de trabalho e sofrendo a partir de 1985-1986 um processo de desemprego, fruto da intensa mecanização, que iniciava a utilização da tal carpa química, de herbicidas de técnicas mais novas do ponto de vista da organização do trabalho e isso foi gerando uma exclusão social. Com a Constituição de 1988, os sindicatos mais ligados a categoria dos assalariados rurais, resolveram criar uma organização específica. De acordo com a afirmação de Neves foi nesse período que surgiu a necessidade por parte dos trabalhadores de criar a FERAESP, porque no Brasil até então os sindicatos no campo eram compostos por produtores de pequeno porte

chamados hoje de agricultores familiares. Naquela época eram os pequenos produtores. Então, tem essa categoria de natureza econômica e a categoria dos empregados rurais que sobrevivem da venda da força de trabalho. O que a FERAESP fez foi separar. Ela é fruto de um desmembramento. Os assalariados rurais resolveram criar uma organização mais específica. Foi no início de 89 que o sindicato de trabalhadores rurais, que compunham as duas categorias, aqui na região de Araraquara, Pitangueiras, Barrinha... vários sindicatos, fizeram discussões internas, resolveram representar exclusivamente os empregados, os assalariados rurais e sentiram a necessidade de criar uma federação que coordenasse essa organização. Então, a FERAESP foi criada em abril de 1989 em um congresso de fundação em Jaboticabal (MILANO; PERA, 2009).

A FERAESP atualmente conta com mais de 70 sindicatos no Estado de São Paulo, mas a Federação está ligada também em sindicatos de Minas Gerais, Bahia, Goiás, Santa Catarina, Paraná, enfim, ela está num processo de expansão tanto dentro do Estado como fora dele. O sindicato de Araraquara conta hoje com dois mil, dois mil e pouco filiados (MILANO; PERA, 2009).

Responsável por organizar exclusivamente os trabalhadores rurais assalariados a FERAESP tem definido duas estratégias de luta pautadas na questão da terra, que foram delimitadas desde a criação da entidade. De acordo com seus dirigentes, a luta pela reforma agrária faz parte da pauta de reivindicação da FERAESP, que trabalha com duas frentes fundamentais: uma para melhoria das condições de trabalho, dentro da relação de emprego, e outra na luta pela reforma agrária como uma alternativa de desenvolvimento para os trabalhadores. Contudo, a Federação entende que a organização sindical, “após a conquista da terra, não é mais da FERAESP. A partir desse momento os trabalhadores devem ser organizados por sindicatos de agricultores familiares, organizações que busquem atuar nas lutas políticas mais específicas”

(MILANO; PERA, 2009). De acordo com Milano e Pera,

o que a FEARESP defende é que os assalariados rurais devem ter uma organização específica, os agricultores familiares legítimos, porque você tem no Brasil um monte de gente chamada de agricultores familiares mas, na verdade, é agricultor patronal. Nós acreditamos que a categoria de agricultores familiar, do ponto de vista de classe, ainda está por ser formada. Nós não temos essa categoria, efetivamente. O que nós temos são pessoas, famílias que têm acesso à terra de uma maneira ou de outra, mas que no acesso à terra desenvolvem o modelo patronal de agricultura (MILANO; PERA, 2009, p. 3).

Outra importante questão apontada sobre a FERAESP, se refere a relação da entidade com a CUT. A partir da entrevista com Élio Neves (MILANO; PERA, 2009) pudemos compreender que a entidade na sua criação não estava ligada a CUT, mas tinha uma força muito grande de sindicalistas da época cutista. Tinha outras tendências políticas que também compunham a fundação da FERAESP. Nos anos de 1990, afirma Neves, num novo congresso, se fez a opção pela CUT e até hoje a FERAESP mantém, “porque a FERAESP entende que de todas as centrais existentes a CUT é que congrega os princípios e o programa mais próximo que a FERAESP entende como um sindicalismo mais eficiente (MILANO; PERA, 2009).

Com relação a formação dos trabalhadores, Neves declara que a Federação e seus sindicatos trabalham com uma forte carga de formação. O dirigente afirma também que a entidade tem uma grande preocupação com a formação profissional dos trabalhadores. De acordo com Milano e Pêra, Neves afirma que “a FERAESP desenvolve uma metodologia própria de educação, claro que fundamentada em pensadores da área educacional - nós desenvolvemos – claro que não é uma propriedade nossa” (MILANO; PERA, 2009, p. 5).

Ainda no que diz respeito a formação profissional, segundo o dirigente da Federação, está fundamentada na concepção que a FERAESP assumiu, a educação deve ter um forte cunho libertador. “Então, nós entendemos que educação é a base da sociedade. Eu diria assim, que nós não estimulamos a formação profissional para a formação de empregados. A Federação entende que não é tarefa do movimento sindical e da FERAESP formar profissionais para trabalhar para o patrão” (MILANO; PERA, 2009).

De acordo com Milano e Pera

a FERAESP trabalha vários cursos de qualificação profissional. Então, tem atividade na área do artesanato, tem atividade na área de corte e costura, tem atividade de qualificação profissional para a indústria.



Quando falamos de artesanato, o que pega mais aí são pessoas que estão excluídas do mercado de trabalho, seja porque sofreram um acidente, seja porque está acometido de alguma doença ocupacional, mulheres, enfim, em que essa metodologia é dirigida para essas pessoas que procuram trabalhar tanto a formação de sua condição profissional, tanto quanto a formação de cidadania pra que essas pessoas excluídas possam se organizar e de alguma forma serem úteis no meio social que vivem. Então, a FERAESP tem uma linha de atuação nessa direção, quer dizer, ela entende que há um espaço enorme nesse país e, a partir do campo, um espaço muito grande para que iniciativas, que nós chamamos de iniciativas populares, iniciativas do próprio povo fazendo uma ligação direta com o interesse do povo, naquilo que é produção e consumo (MILANO; PERA, 2009, p. 6).

O processo de reestruturação produtiva acarretou enormes conseqüências no interior da classe trabalhadora, como por exemplo, a ausência de regulamentação da força de trabalho, a amplíssima flexibilização do mercado de trabalho e a conseqüente precarização dos trabalhadores, particularmente no que concerne aos seus direitos sociais. Essas transformações no mundo do trabalho desencadearam conseqüências importantes no universo sindical. Foi a partir dessas mudanças que,

As políticas de qualificação profissional dos anos 90, e principalmente a implantação dos programas que norteariam tais políticas surgem exatamente quando os sindicatos estavam começando a sentir os efeitos da crise aberta pelo processo de reestruturação produtiva. Ainda que no Brasil este processo tenha recorte bastante particular, foi exatamente nesta década que as relações de trabalho no meio rural da região de Ribeirão Preto, sofrem profundas transformações (CAMPOS, 2007, p. 27).

Este foi um período em que os sindicatos estiveram prioritariamente voltando seu foco de atuação para as políticas de cursos de qualificação profissional. Não houve remanejamento de atividades, todas as prestações de serviços sindicais, como da assistência jurídica, foram mantidas. Os sindicatos são conhecidos por representarem historicamente espaços de movimentação em torno de pautas por lutas salariais. “Tais lutas salariais têm expressão privilegiada na Justiça do Trabalho, mas também nas greves, reuniões, pautas de discussão e outras mobilizações” (CAMPOS, 2007).

A partir da crise do movimento sindical, a “judicialização” dos conflitos trabalhistas passa a ser incentivada pelo Estado. “Ou ainda, diante da crise da regulamentação do trabalho dado o processo de reestruturação produtiva, a saída encontrada é fazer valer as regras da ordem (legais) como única alternativa possível pela via da regulação” (CAMPOS, 2007). Esse fato gerou uma espécie de substituição das antigas intervenções sindicais, de caráter reivindicativo, com pautas de assalariamento,

que eram expressadas através de greves e paralisações, por alternativas, controladas pelo Estado por meio da Justiça do Trabalho. Para Campos,

a mesma relação sobre o aumento das demandas judiciais, fazemos com relação a estes cursos de aplicativos básicos com carga horária de quarenta horas, disponibilizados pelos sindicatos. Observamos que tais políticas eram seguidas de forte propaganda que buscava revelar sua importância e também motivar o público a buscar esta alternativa como medida de combate ao desemprego. Era, portanto, uma política que estava disponível e era incentivada pelos sindicatos. Tanto em um quanto em outro caso, ou seja, da judicialização, quanto das políticas de qualificação, havia um elemento comum que era a facilidade de acesso de maneira geral (CAMPOS, 2007, p.28).

Rapidamente a estrutura sindical se adequou para a realização de cursos de qualificação profissional do sistema FAT/PLANFOR “e os sindicatos ligados a FETAESP, federação que melhor representa esta via de transposição do modelo sindical corporativo do meio industrial para o meio rural, foram os que mais facilmente se adaptaram e executaram estes cursos” (CAMPOS, 2007). É interessante considerarmos que estas políticas de cursos de qualificação profissional surgem num momento em que a crise de representatividade dos sindicatos é instaurada. Os sindicatos, por meio dos mecanismos legais apontados anteriormente, continuam atrelados ao Estado, contudo são necessárias novas formas de exercer esta relação corporativa.

O aumento destas políticas de cursos de formação profissional aparece como uma espécie de alternativa para a representação sindical. O chamado sistema FAT/PLANFOR é apresentado como a principal linha de atuação no tocante as políticas de qualificação profissional dos anos 1990. Os cursos de formação profissional, bem como as parcerias, principalmente com o SENAR e o SEBRAE, apontam para uma tendência de convergência na maneira de conceber tais políticas, bem como suas importâncias e necessidades. A ênfase sobre o tema e a prática da qualificação profissional recai sobre os sindicatos ligados a FETAESP e os sindicatos patronais rurais, dado que são as duas linhas de sindicalismo historicamente integradas ao modelo sindical brasileiro. Com relação a FERAESP, segundo Campos (2007, p. 28), a Federação

destoa neste ponto não apenas por conceber a qualificação profissional de forma mais crítica com relação às outras duas. O que corrobora com o fato da FERAESP até hoje não estar integrada tanto quanto as outras duas, deve-se, em primeiro lugar, por esta ter um eixo mais articulado de representação e ação com a central CUT da qual é filiada. Esta por sua vez, como se sabe mantém uma postura crítica e propositiva com relação ao “sindicalismo oficial”. Também, dado que

a FERAESP historicamente mantém uma estratégia de ação que visa a partir do assalariamento, ou da luta reivindicatória organizada partindo deste, superar esta relação (CAMPOS, 2007, p. 28).

Escolas técnicas, centros de educação tecnológica e treinamentos especializados são exemplos da prática de formação profissional no Brasil das últimas décadas. São associações que surgem ou associadas, ou herdeiras do antigo padrão de industrialização. Mesmo considerando a importância presente e a relevância passada, são entidades que, cada qual a seu modo, não ficaram imunes às profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho.

O sistema “S” tradicionalmente trabalha com o tema da qualificação profissional nos vários setores em que atua. Trata-se de uma rede de educação profissional proveniente de órgãos paraestatais, organizados e gerenciados por sindicatos, confederações, federações e pela indústria. Portanto, surgem com a perspectiva de atender à demanda da indústria nascente (CAMPOS, 2007, p. 28).

Com relação aos sindicatos dos trabalhadores rurais ligados à FERAESP, devido sua ligação à CUT, “sempre se recusaram em formar parcerias tanto com o sistema SERT/SENAR quanto com o SEBRAE” (CAMPOS, 2007, p. 29). Ou seja, A FERAESP, tanto quanto a CUT naquele momento, apresentavam-se como alternativa crítica do sistema representado pelo SENAR e FETAESP. “No meio rural de Ribeirão Preto, o sindicalismo corporativo e de resultados era representado pela FETAESP, sendo que a oposição sindical era a FERAESP” (CAMPOS, 2007).

A FERAESP mantinha uma postura crítica com relação aos cursos de formação profissional executados pela FETAESP com verbas do FAT, pois formalmente seguia a linha das diretrizes do 5º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CONCUT) de 1995 (CUT, 1999), estabelecendo marcos de distinção sobre a qualificação profissional visada pela FS expressa no documento chamado “Um Projeto para o Brasil” de 1993. Para Campos,

as concepções de educação, seus pressupostos epistemológicos, as propostas curriculares, os conteúdos educativos, a forma de gestão e financiamento dos programas de Formação Profissional se diferenciam na perspectiva da FS, CGT e da CUT. Enquanto para as duas primeiras, o objetivo da Formação Profissional seria, basicamente, o de desenvolver plenamente a capacidade do trabalhador com vistas aos desafios que os esperam no processo de produção, para a última este objetivo não pode ser reduzido ao mero adestramento da mão-de-obra para o mercado, mas deve contribuir para a formação de trabalhadores tecnicamente competentes e politicamente comprometidos com a luta pela transformação da sociedade. Nesse sentido, para a CUT, a educação orientada para o

trabalho seria, ao mesmo tempo Educação Profissional e Educação Política (CAMPOS, 2007, 29).

A percepção dos sindicatos ligados a FERAESP e da contestação à lógica do capital “é uma bandeira que um bom tempo foi enrolada e guardada pelos órgãos representativos dos trabalhadores e a lógica do capital prevaleceu de modo absoluto nos sistemas” (CAMPOS, 2007). Para Campos,

Um ponto que consideramos inédito sobre a relação entre estas instituições é que as políticas de parcerias têm se intensificado para muito além das possibilidades de décadas 50 atrás. Ainda que sejam casos isolados, verificamos em 2006, parcerias de sindicatos ligados a FERAESP tanto com o sistema SERT/SENAR quanto com o SEBRAE (CAMPOS, 2007, p.30).

Para concluir, nosso principal objetivo a partir desse levantamento histórico foi investigar se a FERAESP e seus sindicatos têm pensado e formulado novas estratégias de formação frente a reestruturação produtiva no campo. Partimos da hipótese de que a Federação já apresentava grande preocupação com a formação dos trabalhadores quando passou a implementar um projeto de qualificação e requalificação dos trabalhadores através de seus sindicatos. O projeto de formação da FERAESP visa capacitar o trabalhador que foi excluído do processo de trabalho pela mecanização, assim como sua família, para exercerem outras funções, como de artesão, cozinheiro, padeiro, etc.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, M. H. T. 1996. **Crise econômica e interesses organizados. O sindicalismo no Brasil dos anos 80.** São Paulo : Edusp.

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho.** São Paulo : Boitempo. 2000

\_\_\_\_\_. **Do “novo sindicalismo” à “concertação social” ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998).** Revista Sociologia e Política. Curitiba, 15, p. 111-124, nov. 2000.

\_\_\_\_\_. **Nova ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do sindicalismo no Brasil – o Brasil nos anos noventa.** In : TEIXEIRA, F. & OLIVEIRA, M. 1996.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e mundialização do capital.** Londrina : Práxis. 1999.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez. 1995.

\_\_\_\_\_ - **O que é Sindicalismo**, Coleção Primeiros Passos - Abril Cultural. 1985.

\_\_\_\_\_ - **O Novo Sindicalismo**, Editora Brasil Urgente - 1991.

BOITO, Armando Boito JR. **Sindicalismo e política neoliberal no Brasil**, Boitempo editorial, 2000, SP

BOTIGLIERI, Monica; CASSIN, Marcos; Vale, Samila B. do. **Reestruturação produtiva no campo e as novas exigências de educação, formação e qualificação**. Revista HISTEDBR on- line, Campinas, nº41, março de 2011.

CAMPOS, Ricardo Luiz Sapia de. **Qualificação Profissional e Sindicatos. Entre Estado, Capital e Trabalho: um estudo de casos no meio rural de Ribeirão Preto**. Tese de doutorado, 2007.

CEPS, Apostila de Concepção, Estrutura e Política Sindical, Secretaria Nacional de Formação da CUT, 1987.

CONTAG. Revista dos 40 anos. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_ - I Modulo do Curso Centralizado de Formação Política – Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC. Brasília, 14 a 25 de agosto de 2006

MILANO, Mariana T; PERA, Géssica T. ENTREVISTA COM ÉLIO NEVES- REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 2, n. 1, jul/dez 2009.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Petrópolis. Editora Vozes, 1990.

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira; FISCHER, Maria Clara. **Referência Sindical brasileira no dos anos 1990 no campo da educação do trabalhador: campos de referência**. Revista Trabalho e Educação, vol.18, nº 2, 2009.

\_\_\_\_\_ **Experiências e projetos de Educação do trabalhador no Brasil: balanço da produção discente sobre a ação sindical**. Revista E-curriculum, São Paulo, vol.5 nº1, Dez 2009.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo, Cortez, 1999.

MANFREDI, Silvia Maria. **Formação Sindical no Brasil: história de uma prática cultural**. São Paulo: Escrituras Editorial, 1996.

MARTINS, Lígia Márcia. **As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa**. GT: Filosofia da Educação, 2010.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

\_\_\_\_\_ - **Breve História das Lutas e Concepções Políticas dos Trabalhadores no Brasil**. Texto para Curso de Formação Sindical, Rio de Janeiro, Sindpd/RJ, 1999.

\_\_\_\_\_ - **Capitalismo, sindicalismo e educação dos trabalhadores: Uma análise da política nacional de formação da CUT**. Dissertação de Mestrado em Educação, UFF, 2003.

NEVES, L.A. **O comando geral dos trabalhadores (CGT) no Brasil (1961-1964)**. Belo Horizonte: Vega, 1981.

THOMAZ JR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os “nós” da cana a relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canieira paulista**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.